

# LIVROS NA CAMPANHA

PELA ANISTIA<sup>1</sup>

Flamarion Maués<sup>2</sup>

## Campanha da Anistia: a “ruptura com o silêncio”

As primeiras reivindicações de anistia após o golpe de 1964, surgiram ainda naquele ano. Antes mesmo que houvesse passado um mês da deposição do governo de João Goulart, o jornalista Carlos Heitor Cony deu o título de “Anistia” à sua coluna do dia 18 de abril no jornal carioca *Correio da Manhã*<sup>3</sup>. Outro dos porta-vozes da reivindicação naquele ano foi o pensador cristão Alceu Amoroso Lima<sup>4</sup>. Em 1971, em encontro do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) realizado em Recife, foi lançada a “Carta de Recife”, que propunha, entre outras coisas, a anistia<sup>5</sup>. E, em seu programa de 1972, o MDB reivindicava anistia “ampla e total”<sup>6</sup>.

A ideia ganhou fôlego no final de 1974, quando foi lembrada por D. Paulo Evaristo Arns<sup>7</sup>, que a reforçou na Quinta-Feira Santa de 1975, ao encaminhar “um pedido de ampla e generosa anistia para os presos políticos às autoridades brasileiras”<sup>8</sup>.

Foi em 1975, que a campanha pela anistia começou efetivamente de modo mais organizado, com o surgimento do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), organizado inicialmente em São Paulo sob o comando de Therezinha Zerbini, e que depois constituiu núcleos em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe, Ceará, Paraíba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>9</sup>.

E em 1º de fevereiro de 1978, foi lançado oficialmente no Rio de Janeiro, o primeiro Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). Em seguida, surgiram os CBAs de Goiás e da Bahia (abril); os de São Paulo, Londrina e Rio Grande do Norte (maio); os de Santos, São Carlos e Brasília (junho); e assim seguiu até que, em novembro de 1978, foi realizado o I Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo<sup>10</sup>.

Nesse contexto, o início do movimento pela anistia é consequência da “ruptura com o silêncio”<sup>11</sup> e da superação da “cultura do medo”<sup>12</sup> imposta pela ditadura mediante a censura e a repressão política que torturava, matava e “fazia desaparecer”.

Esse processo é concomitante com a decisão da cúpula militar no poder de implementar o que foi chamado de distensão política, a qual evoluiu depois para a “abertura”, que grosso modo começa em 1974 (no início do governo Geisel) e vai até 1985 (eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República, após mais de 20 anos de governos militares)<sup>13</sup>.

Nesse momento, a reivindicação da anistia para presos e perseguidos políticos, para cidadãos cujos direitos políticos haviam sido cassados e para os banidos e os exilados, marca e cristaliza o ponto de inflexão em que importantes setores da esquerda brasileira passam a apresentar, como principal bandeira, a defesa das “liberdades democráticas”, deixando em segundo plano outras propostas mais radicais de transformação política e social. Assim, ganhava primazia a definição de que a principal luta naquele momento era derrubar a ditadura e estabelecer um governo democraticamente eleito e legítimo, que pusesse fim ao regime de exceção.

## Imprensa

O processo de desenvolvimento da campanha da anistia, ao ganhar força e agregar o conjunto das oposições, se tornou o primeiro grande momento, após o Ato Institucional (AI) nº 5 de 1968, em que se apresentou a oportunidade de

negociação pública, por intermédio do parlamento, de instituições da sociedade civil e da imprensa, de um projeto que poderia significar, efetivamente, um importante passo para o fim do governo ditatorial.

Neste artigo darei ênfase à atuação das editoras de livros nesse processo, tendo em vista que a atuação da imprensa – tanto a chamada grande imprensa como a imprensa alternativa – já foi bem estudada<sup>14</sup>.

Mas, apenas para que não fiquem sem registro alguns pontos importantes relacionados à imprensa, lembro que hoje está bastante documentado que a grande imprensa teve um papel de destaque no processo de abertura política iniciado no governo Geisel. Para o novo governo, era interessante uma certa liberalização da imprensa, com o fim da censura nos principais veículos de comunicação, desde que isso se desse dentro dos marcos do projeto de abertura proposto. Dessa forma, parte da grande imprensa foi, de certa forma, instrumentalizada pelos interesses políticos do grupo de Geisel – e até mesmo se engajou nesse projeto.

Segundo Celina Rabello Duarte, “antes de [Geisel] tomar posse [em 1974], seus principais assessores reuniram-se por diversas vezes com jornalistas proeminentes e donos de jornais, a quem apresentavam o projeto político do novo governo e garantiam que a censura seria brevemente suspensa”<sup>15</sup>. Estes assessores eram o futuro ministro-chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, o futuro ministro da Justiça, Armando Falcão, o major Heitor Ferreira de Aquino (assistente de Golbery de 1964 a 1967, no Serviço Nacional de Informações (SNI) e secretário particular de Geisel de 1972 a 1979, na Petrobras e na Presidência da República) e Humberto Barreto (amigo de Geisel e seu secretário de Imprensa de 1974 a 1977)<sup>16</sup>.

Ainda de acordo com Celina Duarte,

Dos contatos realizados entre os assessores mais diretos do general Geisel e os homens de imprensa, formou-se, no Rio de Janeiro e em São Paulo, um grupo de jornalistas influentes, completamente engajado no projeto político do governo. Esse grupo detinha especial influência nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, e nas revistas *Veja* e *IstoÉ*. Esses jornalistas chegavam a participar da elaboração de projetos e estratégias políticas junto com o grupo palaciano.<sup>17</sup>

Situação oposta a esta viveu a imprensa alternativa, que esteve sob férrea censura por período maior do que a grande imprensa, não participou de negociações com o governo e, quando a censura já havia diminuído muito, ainda foi vítima direta de atentados da direita contra si ou, indiretamente, contra bancas de jornais que vendiam suas publicações, o que criou para estes jornais sérios problemas de ordem econômica.

Essas diferenças entre a grande imprensa e a imprensa alternativa levaram a que tivessem papéis distintos na campanha pela anistia. Enquanto os alternativos se destacaram na denúncia das torturas da repressão política, dos mortos e desaparecidos políticos, dando voz aos presos ou ex-presos e aos exilados, divulgando quais eram os principais centros de tortura, listas de torturadores etc., a grande imprensa, até setembro de 1978, pouco abordou essas questões, dando mais destaque às negociações parlamentares e palacianas em torno das divergências dentro do regime e da oposição legal em relação ao alcance e aos limites da anistia.

## As denúncias de tortura

Isso é relevante, pois um dos pontos fortes da campanha pela anistia eram as denúncias de tortura contra dissidentes políticos no Brasil, particularmente a partir de 1969, fato que era relativamente pouco conhecido pela maior parte da população – ou ao menos seu detalhamento e sua extensão eram pouco conhecidos. E é a partir dessa questão que gostaria de abordar a atuação de algumas editoras de livros no país nesse período.

Desde o golpe de 1964, a tortura passou a ser (ou voltou a ser, se pensarmos no Estado Novo) utilizada pelos que tomaram o poder como arma de repressão política. A tortura foi certamente o mais vil e covarde método utilizado pela ditadura brasileira de 1964, contra seus adversários políticos. Principalmente a partir de 1969, quando a organização de um sistema repressivo altamente centralizado e seletivo<sup>18</sup>, foi uma das marcas do regime. A repressão e a tortura não tiveram nada de improvisado, não se tratou de “excesso” de um ou outro militar mais violento. Foi algo planejado e estruturado e realizado sob o comando das Forças Armadas, que empregaram seus homens, instalações e conhecimentos para esse fim.

A estrutura da repressão foi reorganizada em novos moldes a partir de 1969, com a finalidade de combater e eliminar a dissidência política, principalmente a armada, de forma seletiva. Em julho surgiu a Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo, que inovou ao criar uma estrutura mais dinâmica para a repressão, mantendo o comando com as Forças Armadas, mas incluindo também setores das polícias civis estaduais.

O modelo teve êxito e foi institucionalizado em 1970, com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi). Entre 1969 e 1975, foram assassinados sob tortura ou desapareceram a grande maioria dos mortos e desaparecidos da ditadura brasileira. De acordo com o *Dossiê Ditadura*, dos 426 mortos e desaparecidos por motivos políticos, 322 foram atingidos nesse período<sup>19</sup>.

As vítimas da tortura levam suas marcas para sempre. Não há como apagá-las. É um mal que não tem fim, um crime cujas sequelas são permanentes e atingem também os familiares e amigos das vítimas e, a bem da verdade, toda a sociedade.

Afinal, não se pode esquecer que a tortura tem também um lado social e político da maior importância. Como destaca Maria Helena Moreira Alves:

O uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um “efeito demonstrativo” capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política. [No Brasil] A evidência da repressão de Estado criou uma “cultura do medo” na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e conseqüente tortura [e] coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política.

Esta cultura do medo tinha três importantes componentes psicológicos: o primeiro era o silêncio imposto à sociedade pela rigorosa censura [...] Este *silêncio* imposto provocou profundo sentimento de *isolamento* naqueles que sofriam diretamente a repressão e/ou exploração econômica. [...] Amplos setores da população viram-se marginalizados e isolados de outros segmentos que poderiam oferecer-lhes apoio e ajuda. [...] Parecia impossível enfrentar o poder do Estado. Um sentimento de total *desesperança* passou a prevalecer na sociedade [...] Silêncio, isolamento e descrença eram os fortes elementos dissuasivos da “cultura do medo”.<sup>20</sup>

Por isso os livros que denunciaram a tortura e lutaram pela anistia no Brasil têm importância, pois deram a sua contribuição para romper este cerco da “cultura do medo”, o cerco do silêncio, do isolamento e da descrença, levando à “ruptura com o silêncio” de que falamos no início deste texto.

## Livros e editoras de oposição

Aqui tomo como referência algumas ideias do historiador norte-americano Robert Darnton, em particular aquelas que mostram que é preciso “compreender o livro como uma força da história”<sup>21</sup> e, principalmente, sua conclusão de que “os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem”<sup>22</sup>.

É o que acredito que ocorre com os livros dos quais falaremos.

A maior parte deles de denúncia da tortura e da repressão política no Brasil, surgiu no âmbito de uma retomada da ação política, mesmo no quadro de uma ditadura que ainda torturava e matava. É quando se inicia o período da “luta democrática”, em que

após a derrota política e militar da experiência da luta armada [...] as esquerdas

brasileiras se reorganizam em torno de uma proposta de luta pelas liberdades democráticas, ajudando a constituir e, em muitos casos a liderar, um amplo campo de oposição política à ditadura militar.<sup>23</sup>

A partir desse período, meados da década de 1970, podemos verificar um movimento editorial e cultural marcado pela revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição ao governo militar iniciado em 1964. Editoras já existentes, como Brasiliense, Civilização Brasileira, Paz e Terra e Vozes retomaram uma atuação política mais acentuada, editando livros que tratavam de temas que questionavam a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964. E, ao mesmo tempo, editoras surgidas nos anos 1970 – como Alfa-Omega, Codecri, Edições Populares, Global, Graal, Hucitec, L&PM e Vega – também começaram a publicar livros de claro caráter político.

Serão editoras que se caracterizarão como editoras de oposição, pelo fato de ter perfil de oposição ao governo civil-militar e terem publicado certo número de livros contrários ao regime<sup>24</sup>. Boa parte dessas editoras estava ligada ao campo das ideias de esquerda, mas havia também uma parte delas que tinha uma visão política de outro matiz, esposando ideias liberais, reformistas, nacionalistas etc.

Em função do diferente grau de engajamento político de seus proprietários, editores e colaboradores – que podia ir desde a militância orgânica em partidos ou grupos políticos até uma postura de oposição mais geral diante dos propósitos do regime, sem que isso implicasse vinculação ou militância em alguma organização –, defini um subgrupo entre as editoras de oposição, as *editoras de oposição engajadas*, que eram aquelas que:

a) publicavam predominantemente livros de oposição e b) tinham envolvimento político claro, isto é, tinham ligações com organizações políticas oposicionistas, caracterizando-se algum tipo de vinculação entre empresa e organização política. Geralmente, seus proprietários e/ou editores militavam em partidos ou organizações de oposição ao regime militar.<sup>25</sup>

A maioria das editoras de oposição se enquadrava neste subgrupo.

Tais editoras de oposição se enquadram no que se pode chamar de literatura política, cujas publicações podem ser classificadas nas seguintes categorias: livros de denúncias contra o governo, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, obras de parlamentares de oposição, livros-reportagem, memórias, romances políticos, romances-reportagem, clássicos do pensamento socialista. Este segmento ganhou impulso mais significativo a partir de 1977-1978, com o retorno à cena pública do movimento estudantil e do

movimento sindical, em particular com as greves no ABC paulista, e o avanço da campanha pela anistia.

## Livros na luta pela anistia

Serão as editoras de oposição que editarão os livros de denúncia da tortura, que foram elementos constitutivos da luta pela anistia e também os livros que tratavam já diretamente da reivindicação da anistia, dos seus motivos e justificações.

Apresento a seguir um levantamento preliminar e certamente ainda incompleto, de livros que tratavam da luta pela anistia, da questão dos presos políticos, dos exilados e da tortura, editados no período entre 1975, quando ocorre a criação do Movimento Feminino Pela Anistia e 1979, ano da aprovação da Lei de Anistia:

*Dos governos militares – 1969-1974*, de Hélio Silva. São Paulo: Editora Três, 1975. Nas páginas 132 a 136 do livro é descrita a morte sob tortura de Stuart Edgar Angel, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), desaparecido em 14 de maio de 1971, nas mãos da repressão. A mãe de Stuart, Zuzu Angel, comprou vários exemplares do livro antes do seu recolhimento pela censura, e os distribuiu a conhecidos<sup>26</sup>.

*Zero: romance pré-histórico*, de Ignácio de Loyola Brandão. Rio de Janeiro: Ed. Brasília, 1975. Segundo o autor, “era um livro violento: falava de tortura, esquadrão da morte, ditadura. Tanto que foi proibido”<sup>27</sup>. No livro, entre outros casos, aparece o depoimento do personagem Carlos Lopes, que descreve a narração das torturas que ouviu de um preso político. Lançado primeiro na Itália, em 1974, o livro foi censurado no Brasil logo após seu lançamento, no ano seguinte, sendo liberado em 1979, quando saiu a sua segunda edição no país (Rio de Janeiro: Codecri).

*Cadeia para os mortos*, de Rodolfo Konder. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. Apresentava, inseridas no texto ficcional (contos), descrições de torturas vividas pelo próprio autor em 1975, quando esteve preso no Doi-Codi/SP.

*O canto na fogueira: cartas de três dominicanos quando em cárcere político*, de Frei Fernando de Brito, Frei Ivo Lesbaupin e Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo). Petrópolis: Vozes, 1977. Reúne 171 cartas escritas individualmente ou em conjunto pelos três religiosos entre 1969 e 1973.

*Cartas da prisão*, de Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; e *Das catacumbas: cartas da prisão (1969-1971)*, de Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Os livros contêm as cartas escritas pelo autor entre 1969 e 1973, quando esteve preso pela ditadura militar. *Das catacumbas* contém

as cartas de 1969 a 1971, e *Cartas da prisão* as de 1972 e 1973. “Antes de editado no Brasil, o primeiro volume de cartas saiu na Itália sob o título *Nos subterrâneos da história* (Mondadori), em 1971. Em seguida, traduziram-no em francês, espanhol, sueco, holandês, alemão e inglês. No Brasil, as cartas dos últimos dois anos (1972-1973) foram as primeiras a serem editadas, pela Civilização Brasileira, em 1977, com o título *Cartas da prisão*. Em 1978, as demais foram publicadas, pela mesma editora, com o título *Das catacumbas*”<sup>28</sup>.

*Em câmara lenta*, Renato Tapajós. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. Romance que aborda a guerrilha urbana no Brasil e faz uma autocrítica desse processo. Descreve cenas de tortura sofridas por Aurora Maria Nascimento Furtado (mas sem mencionar seu nome), militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morta em 10 de novembro de 1972. O livro foi proibido e seu autor preso<sup>29</sup>.

*Nação oprimida*, de Marcos Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Conjunto de textos baseados nos pronunciamentos do senador “autêntico” do MDB pernambucano. Entre eles há alguns com denúncias de violações de direitos humanos no Brasil, mortes e desaparecimentos de perseguidos políticos. De acordo com a revista *Veja*, foi um dos dez livros mais vendidos do ano de 1977, na categoria não ficção<sup>30</sup>.

*Salgando a terra*, de Alencar Furtado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Livro que reproduz pronunciamentos na Câmara Federal do ex-líder do MDB, cassado em 30 de junho de 1977. Entre os textos há alguns que abordam a questão da violação dos direitos humanos, dos presos e desaparecidos políticos.

*Anistia para um homem que sonhou com a liberdade: romance libelo*, de Aldenoura de Sá. Porto: Áries Didática Editorial, 1978. *Caso Herzog, a sentença*. Prefácio de Raymundo Faoro. São Paulo: Salamandra, 1978. Traz a íntegra do processo movido por Clarice, Ivo e André Herzog contra a União e a sentença condenatória pela morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975, no Doi-Codi/SP.

*Ensaio geral*, de Antônio Marcello. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. Memórias romanceadas de um militante que foi preso político entre 1971 e 1974, com uma avaliação crítica da luta armada.

*A guerrilha do Araguaia*, de Palmério Dória, Vincent Carelli, Sérgio Buarque e Jaime Sautchuck. São Paulo: Alfa-Omega, agosto de 1978; e *Diário da guerrilha do Araguaia*. Apresentação de Clóvis Moura. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. Estes dois livros, ao publicarem documentos sobre a Guerrilha do Araguaia, colaboravam para divulgar a existência e a história dessa luta, até então pouco conhecida, e da forte repressão a que foi submetida. O silêncio oficial em relação à Guerrilha do Araguaia foi um dos pontos questionados pela campanha da anistia.

*Inventário de cicatrizes*, de Alex Polari. São Paulo; Rio de Janeiro: Global; Teatro Ruth Escolar; Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ, 1978. Descreve situações vividas pelo autor na prisão como preso político, entre as quais as torturas de que foi vítima.

*Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*, de Roberto Ribeiro Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Livro inserido na campanha pela anistia. Mais informações neste artigo, adiante, no item “Dois livros na campanha pela anistia”.

*O Livro Negro da USP: o controle ideológico na Universidade*. Obra organizada pela Adusp (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo). São Paulo: Adusp, 1978. Investiga e documenta a perseguição política na USP após o golpe de 1964, que levou à cassação e ao afastamento de dezenas de professores. O livro reivindicava a anistia para esses professores. A obra foi reeditada em 2004, pela Adusp com o título *O controle ideológico na USP (1964-1978)*.

*Memórias do exílio: Brasil 1964-19??*, coordenado por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos. São Paulo: Livramento, setembro de 1978. Apresentado como “obra coletiva” realizada “sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré”, o livro, que já havia sido publicado em 1976 em Portugal, foi editado no Brasil somente em 1978. Entre diversos depoimentos e entrevistas com exilados brasileiros, destaca-se o “Dossier Frei Tito”, que descreve em detalhes as atrocidades a que Tito de Alencar Lima foi submetido, levando ao seu suicídio, na França, em 1974. Na contracapa do livro aparece o logotipo do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

*A sangue-quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. Livro decorrente de longa reportagem que havia sido publicada originalmente no jornal alternativo *EX*, em novembro de 1975. Desmontava a versão de suicídio apresentada para a morte de Herzog e descrevia o clima de medo e terror que se vivia naqueles dias.

*Tempo de ameaça (autobiografia política de um exilado)*, de Rodolfo Konder. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. As mesmas cenas de tortura narradas no livro *Cadeia para os mortos* são novamente descritas, dessa vez não mais como parte de um texto de ficção, mas sim como memórias do autor.

131-D. *Linhares: memorial da prisão política*, de Gilney Amorim Viana. Coedição com Comitê Brasileiro pela Anistia e Movimento Feminino Pela Anistia. Contagem: História, agosto de 1979. Traz as memórias e as reflexões do autor, então ainda preso no Rio de Janeiro por sua militância política.

*Anistia, semente de liberdade*, de Therezinha Godoy Zerbini. São Paulo: Edição da autora, 1979. Reúne artigos e textos publicados desde 1975, pela autora relacionados ao tema da anistia e ao surgimento do Movimento Feminino Pela Anistia, além de matérias de jornal sobre sua atuação nesse campo.

*Carta sobre a Anistia. A entrevista do Pasquim. Conversação sobre 1968*, de Fernando Gabeira. Rio de Janeiro: Codecri, 1979. Pequeno livro reunindo textos do jornalista e ex-exilado Fernando Gabeira, um deles sobre a anistia.

*Confesso que peguei em armas*, de Pinheiro Salles. Belo Horizonte: Vega, 1979. Livro de memórias, publicado quando o autor ainda estava preso, que relata sua experiência na luta armada e na prisão, inclusive as torturas de que foi vítima. O livro foi reeditado em 2009, pela Universidade Federal de Goiás.

*Depoimento de um torturado: a defesa da dignidade da pessoa humana e dos direitos do povo*, de Dimas Perrin. Rio de Janeiro: Novacultura, 1979. Reúne um dossiê com cartas, documentos e matérias de jornal sobre a prisão – em maio de 1974, no Rio de Janeiro – e torturas sofridas pelo autor, jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

*Desaparecidos políticos, prisões, sequestros, assassinatos: artigos, entrevistas, documentos, reportagens*. Organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa. Coedição com o Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ (CBA). Rio de Janeiro: Opção, 1979. O livro organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ é uma espécie de dossiê de casos de pessoas presas, torturadas, mortas ou desaparecidas por motivos políticos, reunindo informações detalhadas sobre cada caso.

*Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*, de Fernando Pacheco Jordão. São Paulo: Global, maio de 1979. Longa reportagem que narra detalhadamente a farsa montada em torno do assassinato de Herzog em 1975 e descreve todo o movimento de solidariedade e de resistência a que sua morte deu origem.

*Esquerda armada: a luta continua (Testemunho dos presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro)*, organizado por Luzimar Nogueira Dias. Vitória: Edições do Leitor, 1979. Nos depoimentos constantes do livro, presos políticos denunciam as diversas formas de tortura de que foram vítimas e as condições de prisão a que foram submetidos.

*Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*, de Cristina Pinheiro Machado. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. Livro-reportagem que conta a história de vários exilados, desde o momento do golpe, em 1964, até a segunda leva do exílio, a partir do final da década de 1960. A contracapa do livro traz a seguinte informação: “Este livro é recomendado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia”.

*A fábrica de chocolate*, de Mário Prata. São Paulo: Hucitec, 1979. Texto da peça teatral de Mário Prata, que, nas palavras de Ruy Guerra no prefácio ao livro, faz “uma análise das vísceras do torturador”, encarando “frontalmente um tema que até há bem pouco tempo era tabu em letra de forma”. A peça foi encenada em São Paulo, com a direção de Ruy Guerra, no final de 1979.

*Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela. São Paulo: Global, 1979. Reportagem pioneira sobre a Guerrilha do Araguaia. Primeiro trabalho

de fôlego sobre a Guerrilha do Araguaia, resultou de uma série de reportagens realizadas pelo autor e publicadas inicialmente no *Jornal da Tarde*, de São Paulo. Relata também a história da repressão à guerrilha e suas consequências sobre a população da região.

*Itinerário*, de Haroldo Lima; organizado por Joviniato Neto. Salvador: Comitê Brasileiro pela Anistia – Núcleo da Bahia, 1979. “Depoimento do autor sobre sua experiência política na esquerda cristã, na AP, no PCdoB, e no período de prisão”<sup>31</sup>. Livro editado pelo núcleo baiano do Comitê Brasileiro pela Anistia.

*Milagre no Brasil*, de Augusto Boal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Livro de memórias em que o teatrólogo narra a sua prisão em São Paulo em 1971, pelos órgãos de repressão e o período que ficou preso, denunciando torturas que presenciou. O livro foi publicado inicialmente em Portugal e posteriormente no Brasil.

*Nas profundas do inferno*, de Arthur Poerner. Rio de Janeiro: Codreci, 1979. Romance escrito em 1976, publicado e premiado na Itália em 1978, o livro somente foi editado no Brasil em 1979. Aborda a prisão política e as torturas a que foi submetido o personagem José da Mangueira. O livro foi reeditado em 2007 (Rio de Janeiro: Booklink).

*Poemas do povo da noite*. São Paulo, Editorial Livramento, 1979. Livro de poemas de Pedro Tierra, pseudônimo de Hamilton Pereira da Silva, escrito durante o período em que o autor esteve preso, entre 1972 a 1977. Seus poemas descrevem os duros momentos passados pelos presos políticos, as torturas, a morte de muitos deles e a luta pela vida dos que resistiram às sevícias. A primeira edição do livro, artesanal e não comercial, ocorreu em 1975. A primeira edição comercial foi na Espanha, pela editora Sígueme, de Salamanca, em 1978<sup>32</sup>. A 3ª edição ampliada do livro foi lançada, em 2010, pela Publisher em coedição com a Editora Fundação Perseu Abramo. *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira. Rio de Janeiro: Codecri, 1979. Memórias romanceadas do jornalista que participou do sequestro do embaixador norte-americano, em setembro de 1969. O livro fala de sua prisão e do exílio. Teve enorme sucesso de vendas.

*Querida família*, de Flávia Schilling. Porto Alegre: Coojornal, 1979. Cartas da brasileira presa no Uruguai à sua família. A campanha pela libertação da autora teve grande repercussão no Brasil e se mesclou com a campanha pela anistia.

*Tortura: a história da repressão política no Brasil*, de Antonio Carlos Fon. São Paulo: Global, julho de 1979. O livro é consequência de uma reportagem de Fon para a revista *Veja* e descreve a montagem e a atuação do sistema repressivo no país desde 1969, com a criação da Operação Bandeirante (Oban).

Mais informações neste artigo, mais adiante no item “Um livro de denúncia da tortura”.

## Dois livros na campanha pela anistia

Aqui, destacarei dois livros de oposição, editados em 1978 e 1979, procurando verificar o seu alcance e as consequências da sua publicação, particularmente em relação à campanha pela anistia.

### *Um livro retoma a história da anistia no Brasil*<sup>33</sup>

Lançado em agosto de 1978, *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*, de Roberto Ribeiro Martins, escrito com a colaboração de Paulo Ribeiro Martins e Luís Antônio Palmeira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira), foi um livro claramente engajado na campanha pela anistia.

Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o autor havia sido preso político, condenado a cinco anos de prisão e tivera seus direitos políticos cassados por dez anos. Foi ainda no presídio do Barro Branco, em São Paulo, no final de 1976, que iniciou as pesquisas para o livro, “influenciado pela recente chegada dos companheiros sobreviventes do Massacre da Lapa (Aldo Arantes, Haroldo Lima e Vladimir Pomar)”.

Já fora da cadeia, o trabalho do autor sobre o tema teve continuidade com a publicação dos estudos “Anistia ontem e hoje” (*Coorjornal*, Porto Alegre, n. 26, março de 1978) e “Anistia, tema atual” (*Cadernos do Ceas*, Salvador, n. 54, mar./abril 1978), e ganhou maior amplitude e profundidade com o convite para a elaboração do suplemento especial sobre anistia para o jornal *Movimento*, um dos mais importantes da imprensa alternativa, que porporcionou o auxílio de uma equipe maior para a pesquisa sobre o tema<sup>34</sup>, além de passar a contar com colaboradores diretos.

Nesse período, Martins participou também da fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) do Rio de Janeiro.

O livro traz uma narrativa da ideia e da prática da anistia na história, desde a Antiguidade grega até o século XX, com especial destaque para a história das anistias no Brasil, mostrando que no país havia uma tradição “de encerrar cada ciclo de revolta, contestação ou guerra com o ato da anistia, para a pacificação da família brasileira”<sup>35</sup>.

A publicação foi feita pela Civilização Brasileira, editora das mais conceituadas e atuantes politicamente, em 1978 ainda sob a direção de Ênio Silveira, um dos mais importantes editores do país em todos os tempos. A Civilização Brasileira sofreu perseguições por parte do governo militar nos anos

1960 e 1970, que levaram à quebra da editora e à sua venda<sup>36</sup>. A indicação para a edição do livro pela editora foi do historiador Hélio Silva – o prefaciador da obra –, que havia estabelecido contato com Roberto Martins por meio de alguns presos políticos.

O livro teve duas tiragens de 4 mil exemplares cada uma e chegou a constar das principais listas de livros mais vendidos, como a da revista *Veja*, por algumas semanas. Recebeu também várias resenhas na imprensa, entre as quais destaco a de Antônio Houaiss, na revista *IstoÉ* (6/9/1978, p. 67), que referia-se à obra como “livro urgentemente oportuno, serenamente corajoso, didaticamente aliciante”. E também o comentário do advogado José Gregori, no Encontro Nacional pela Democracia (Rio, dez. 1978, Centro Brasil Democrático), que afirmou constituir o livro “um dos instrumentos mais eloquazes, mais esclarecedores na presente luta pela anistia. Acho que sua contribuição nessa luta, no sentido de tomar o tema e decompô-lo completamente, é uma contribuição altamente construtiva”.

De acordo com Roberto Martins,

Houve lançamentos do livro no Brasil inteiro, a começar pelo Rio, sendo os mais significativos os da Bahia e do Rio Grande do Sul. Sempre eram acompanhados de debates, fundação de CBAs, entrevistas à imprensa, visitas às mais influentes instituições da sociedade civil, como as seccionais da OAB. Em Porto Alegre fomos recebidos [na] Assembleia Legislativa, além de participar de sessão especial da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Em Curitiba deu-se a fundação do CBA e um debate onde estavam presentes, entre outros, o Fernando Henrique Cardoso.

Além desses, houve também lançamentos em Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Aracaju, sempre promovidos pelos CBAs locais.

Como salienta Martins, esses eventos “ajudaram a levar o debate sobre a anistia a cada canto do país”, e ajudaram na formação de comitês pela anistia e direitos humanos, por meio de comícios, debates, entrevistas e reuniões, “tendo sempre o livro como bandeira de luta”.

Trinta anos após o lançamento, Martins afirma que a obra “desempenhou importante papel na luta pela anistia. Em primeiro lugar, porque forneceu uma base histórica, jurídica e política para fundamentá-la. Como tal, constituiu-se num manancial de argumentos e exemplos para toda a sociedade”. E completa: “Seu lançamento, sem dúvida, muito contribuiu para quebrar resistências e ampliar a adesão à causa da anistia”.

Ainda em 1979, José Gregori destacava: “Quando se fizer a história da anistia, acho que [este] livro, sem dúvida nenhuma, se inscreverá entre as colaborações mais positivas”.

## *Um livro de denúncia da tortura*

O livro *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, do jornalista Antonio Carlos Fon, foi publicado em 1979 pela editora Global, de São Paulo<sup>37</sup>.

O livro é consequência de um trabalho de investigação jornalística de cerca de cinco meses realizado por Fon para a revista semanal *Veja*, periódico em que trabalhava. O resultado inicial dessa reportagem foram duas matérias publicadas em *Veja* (n. 546, 21/2/1979), intituladas “Descendo aos porões” e “Um poder na sombra”. Fon havia sido militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), tendo sido preso e torturado em 1969.

A reportagem mostrava em detalhes como havia sido organizado o aparelho repressivo do regime militar pós-1964 e como a tortura de presos políticos passara a ser utilizada de forma sistemática e “científica” contra os “subversivos”. A descrição das técnicas de suplício é feita de forma circunstanciada nas matérias da revista e no livro, de modo impactante para o leitor.

Em julho de 1979, cinco meses após a publicação da matéria de Fon em *Veja*, foi lançado o livro *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, com a íntegra da reportagem, sem as limitações de espaço a que a matéria estava sujeita na revista. É um pequeno livro de 79 páginas, denso de informações e de revelações sobre a forma como foi montado o esquema de repressão da ditadura brasileira.

A editora Global, que publicou o livro, “era uma editora relativamente nova, que estava se destacando por lançar livros de esquerda”, lembra Fon<sup>38</sup>. Fundada na cidade de São Paulo em outubro de 1973, a Global foi uma das editoras mais atuantes no final dos anos 1970, tendo publicado inúmeros títulos de cunho político, em particular clássicos do pensamento socialista. Caracterizava-se claramente como uma editora de oposição. Criada por Luiz Alves, a editora teve seu perfil e linha editorial profundamente modificados com a contratação do livreiro, editor e militante socialista moçambicano José Carlos Venâncio, em 1976. Com ele, a editora passou a ter uma linha marcadamente política e de esquerda<sup>39</sup>.

O livro foi lançado com uma tiragem inicial de 5 mil exemplares<sup>40</sup> e, além da distribuição normal em livrarias, foi também colocado à venda em bancas de jornais<sup>41</sup>. A primeira tiragem esgotou-se em apenas uma semana. Houve pelo menos sete reimpressões e o livro vendeu, no total, cerca de 30 mil exemplares.

Uma das características particulares dessa obra é que, em todas as edições, o autor doou seus direitos autorais. A cada edição, os pagamentos de direitos autorais eram direcionados para uma entidade: Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Partido dos Trabalha-

dores (PT), União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento Contra a Carestia etc. A editora pagava diretamente em livros para os movimentos, que os revendiam para fazer finanças.

De acordo com Fon, foram feitos lançamentos do livro em várias cidades do Brasil, como Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife. “Em Recife ocorreu o lançamento que, entre todos, mais me emocionou. Foi na véspera da chegada do [Miguel] Arraes do exílio”, lembra Fon.

Geralmente os lançamentos eram feitos com noite de autógrafos e debates. “Os lançamentos eram um pouco comerciais e um pouco políticos. Algumas entidades se juntavam para pagar a minha ida aos eventos em outros estados, faziam os folhetos de divulgação. E a editora ajudava”, diz Fon. José Carlos Venâncio completa, afirmando: “O livro vendeu muito bem, e teve uma repercussão enorme. Foi intensamente trabalhado em sindicatos, universidades, na campanha pela anistia”. E continua: “Entrou rapidamente na lista dos mais vendidos da *Veja* e continuou sendo várias vezes reeditado”<sup>42</sup>.

Em relação ao papel do livro na luta política naquele momento, José Carlos Venâncio afirma que “O livro do Fon ajudou a levantar o véu da ditadura”.

## Breves comentários

Após esta preliminar e sumária apresentação de obras publicadas naquele período sobre a questão dos presos políticos, dos exilados, das denúncias de torturas e em favor da anistia, uma das conclusões a tirar é que parece claro que o êxito e a repercussão desses livros indicam que eles cumpriram um certo papel na denúncia das arbitrariedades da ditadura e nas lutas em defesa dos direitos humanos e pela anistia, as quais se desenvolviam com força em 1979, no quadro político de embate entre os setores que se opunham ao regime e o governo recém-empossado do general João Baptista Figueiredo.

Ao mesmo tempo, devemos lembrar que os livros não foram pioneiros em abordar essas questões. Mesmo com as severas restrições que a imprensa sofria, jornais e revistas estamparam em suas páginas, mesmo no período mais duro da repressão, entre 1969 e 1975, algumas notícias e cartas que tratavam do tema da tortura, e abordaram, ainda que nem sempre com destaque, as discussões sobre uma possível anistia.

Todavia, o papel desse tipo de livro no Brasil – de oposição – não deve ser subestimado. Alguns deles tiveram sucesso de vendas, ocupando as listas dos livros mais vendidos à época, como é o caso das duas obras que abordamos com mais detalhes. Mesmo outros livros que não se tornaram *best-sellers* tiveram também certa repercussão, como é o caso do romance *Em câmara lenta*, que levou à prisão de seu autor em virtude da publicação da obra.

O impacto desses trabalhos se dava por reunirem um conjunto de informações e análises sobre temas fortes da luta política contra a ditadura. Nos casos que analisamos, o livro de Antônio Carlos Fon trazia informações até certo ponto consolidadas sobre os métodos de repressão aos grupos de oposição clandestinos que atuaram no Brasil entre o final dos anos 1960 e meados da década de 1970, com diversos testemunhos em primeira mão sobre torturas, mortes e desaparecimentos, mostrados não de forma isolada, como acontecia em geral quando a imprensa conseguia tratar desse tema, mas sim como uma política de governo que havia sido utilizada para aniquilar a esquerda. E o livro de Roberto Martins, ao apresentar um exaustivo histórico das anistias já ocorridas no Brasil e da luta pela anistia nos anos 1970, transformava-se em importante elemento na campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita que então ganhava força, vindo a participar diretamente da mesma.

É importante notar que o tema da política sistemática de tortura, morte ou desaparecimento de presos políticos durante a ditadura – promovida e realizada por membros do governo, militares, policiais e civis, em dependências oficiais e extraoficiais – era ainda conhecido por uma parcela relativamente pequena da sociedade. Ou melhor, a maior parte da sociedade não dispunha de relatos tão detalhados sobre essas práticas como os fornecidos pela obra de Fon. Assim, livros como esses colaboraram para que tão importante tema – e tão sensível para os militares, muitos dos quais negam até hoje que tenha existido tortura – entrasse na pauta do debate político nacional.

O fato de algumas dessas obras aparecerem durante meses seguidos nas listas dos livros mais vendidos é também um elemento revelador de sua repercussão e importância. Pode ser visto como a comprovação de que esses livros responderam a um anseio de informação existente na sociedade – ao menos naquela parcela que comprava livros. Foi também um fator que realimentou o processo de circulação dessas obras, uma vez que estimulou os livreiros a mantê-las em destaque em suas lojas e motivou leitores que ainda não haviam comprado a obra a fazê-lo, além, é claro, de motivar os editores a lançar outras obras assemelhadas, que ampliavam as informações e os pontos de vista existentes sobre o tema.

Em relação ao papel político que esses livros desempenharam, vale lembrar que muitas vezes eles proporcionavam – como foi o caso dos dois livros que abordamos – a realização de eventos de lançamento e noites de autógrafos, que ocorriam em diversas cidades e se transformavam, em muitos casos, em atos políticos e/ou se integravam na campanha da anistia. Esse é um dos aspectos que marca as possibilidades diferenciadas que o livro possui em relação a outros tipos de veículos impressos. Por exemplo, as revistas semanais e os jornais diários, apesar de sua grande tiragem e do seu maior alcance, têm

uma repercussão muito concentrada no tempo, ou seja, tal repercussão se dá na semana em que a matéria é publicada e, de forma já bem mais atenuada, nas semanas seguintes, por meio de cartas dos leitores ou de repercussão nas próprias publicações ou em outros veículos de comunicação. Mas a tendência é que logo a matéria perca força, deixe de ser considerada “quente”.

O livro, apesar de sua tiragem em geral muito menor, permite detalhamento de informações e, ao mesmo tempo, dá ao texto mais perenidade, proporcionando que ele circule e repercuta por um tempo maior. Permite também que diversos eventos, como os já mencionados, sejam promovidos em torno da publicação, fazendo com que o livro seja lançado diversas vezes, em lugares diferentes, possibilitando, em cada ocasião, a realização de debates e mobilizações sobre o tema abordado, além de permitir ao autor conceder entrevistas, realizar palestras e outras atividades relacionadas à sua obra.

Assim, livros de oposição como esses cumpriram um papel político de certo destaque no período da abertura política, inclusive na campanha pela anistia, principalmente entre os setores médios da sociedade, nos quais o hábito da leitura e a possibilidade de acesso aos livros são maiores. Foram instrumentos da luta política que se travava naquele momento no Brasil, dando voz a denúncias e reivindicações das oposições, além de proporcionarem condições para o debate e a realização de eventos públicos em torno dos temas que abordavam.

## RESUMO

A partir de meados dos anos 1970, livros de oposição que tratavam da luta pela anistia, dos presos políticos, dos exilados e da tortura começaram a ser publicados. Apresento um levantamento preliminar desses livros editados no período entre 1975 (surgimento do Movimento Feminino Pela Anistia) e 1979 (aprovação da Lei de Anistia). Analiso em especial dois deles – *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje e Tortura: a história da repressão política no Brasil* – mostrando a repercussão e o papel político que ambos tiveram, destacando as possibilidades políticas diferenciadas que os livros possuem em relação a outros veículos impressos.

## PALAVRAS-CHAVE

Livros de oposição; Campanha da Anistia; Abertura política.

## ABSTRACT

From around the 1970's, opposition books that treated the fight for amnesty, the political prisoners, the exiled people and the torture started being published. I introduce a preliminary survey of these books, edited between 1975 (emergence of the Feminine Movement for the Amnesty) and 1979 (approval of the Amnesty Law). I particularly analyze two of these books – *Liberdade*

para os brasileiros: *anistia ontem e hoje* e *Tortura: a história da repressão política no Brasil* – presenting the repercussion and the political role that both had, and emphasizing the differentiated political possibilities that books have in relation to other printed vehicles.

## KEYWORDS

---

Opposition books; Amnesty campaign; Political opening.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Texto escrito com base na comunicação apresentada no seminário “O Brasil da anistia”, realizado na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro em 24 de setembro de 2009.

<sup>2</sup> Doutorando em História na Universidade de São Paulo. Autor de *Livros que tomam partido: editoras de oposição à ditadura no Brasil pós-1964* (Brasiliense, no prelo). É historiador e editor de livros. Bolsista da Capes. Endereço eletrônico: flamaues@gmail.com ou flamaues@usp.br

<sup>3</sup> CONY, Carlos Heitor. “Anistia”. In: *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 25-27. A crônica foi originalmente publicada no jornal *Correio da Manhã* do dia 18 de abril de 1964.

<sup>4</sup> MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 122.

<sup>5</sup> Devo essa informação a Janaina Teles, a quem agradeço. Sobre a Carta de Recife ver FREIRE, Roberto. “A marcha democrática de uma esquerda”. In: SOUZA, Daniel e CHAVES, Gilmar (Orgs.). *Nossa paixão era inventar um novo tempo: 34 depoimentos de personalidades sobre a resistência à ditadura militar*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999, p. 158-159.

<sup>6</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 129.

<sup>7</sup> TELES, Janaina de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH-USP, 2005, p. 91.

<sup>8</sup> “Continuaremos nossa missão de falar às consciências”, entrevista de D. Paulo Evaristo Arns. *Opinião*, 18/4/1975.

<sup>9</sup> GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese (Doutorado em História) – FAFICH/UFMG, 2003, p. 34.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 59-60; e Maria Quitéria. Boletim do MFPA, São Paulo, Ano II, n. 3, jul. 1978.

<sup>11</sup> TELES, J. de A. *Op. cit.*, p. 69.

<sup>12</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil – 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005, p. 204-205.

<sup>13</sup> Não cabe nos limites deste artigo uma análise das origens e motivações do processo de abertura. Há vasta bibliografia sobre o tema.

<sup>14</sup> Sobre a imprensa alternativa, a obra mais importante é KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991 (reeditado em 2003 pela Edusp). Ver também, entre outros, BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais para epa que para oba*. Brasília: Ed. UnB, 1991; ARAUJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001. E sobre a grande imprensa, ver especialmente: DUARTE, Celina Rabello. *Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978*. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, 1987; KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998; AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999; KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>15</sup> DUARTE, C. R. *Op. cit.*, p. 90.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 90. Para as funções de Aquino e Barreto ver GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 15.

<sup>17</sup> DUARTE, C. R. *Op. cit.*, p. 101.

<sup>18</sup> TELES, J. de A. *Op. cit.*, p. 25-26.

<sup>19</sup> COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Ieve/Imprensa Oficial, 2009.

<sup>20</sup> ARAUJO, Maria Paula. “A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985 (Estratégias de luta e resistência contra a ditadura)”. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 205.

<sup>21</sup> DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 14.

<sup>22</sup> DARNTON, Robert. “O que é a história dos livros”. In: *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 131.

<sup>23</sup> ARAUJO, M. P. *Op. cit.*, p. 243.

<sup>24</sup> Os referenciais básicos para se saber se uma editora pode ser chamada de editora de oposição são o perfil político e ideológico da editora, determinado pelas simpatias e filiações políticas de seus proprietários e/ou editores, e o seu catálogo de livros publicados. MAUÉS, Flamarion. *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2006.

<sup>25</sup> MAUÉS, F. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>26</sup> TELES, J. de A. *Op. cit.*, p. 73.

<sup>27</sup> Entrevista de Ignácio de Loyola ao *Almanaque Brasil*. Disponível em: <www.independenciaoumorte.com.br/node/125>. Acesso em: 20 set. 2008.

<sup>28</sup> Prefácio de Frei Betto à nova edição de *Cartas da prisão* em um único volume, pela editora Agir (Rio de Janeiro, 2008). Disponível em <www.ediouro.com.br/cartasda-prisao/olvido.asp>. Acesso em: 27 jul. 2009.

<sup>29</sup> Renato Tapajós foi preso em agosto de 1977, em São Paulo, em função da publicação de *Em câmara lenta*, e solto um mês depois. MAUÉS, Eloisa Aragão. *Em Câmara Lenta, de Renato Tapajós: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2008.

<sup>30</sup> Seção Literatura. *Veja*, n. 487, 4/1/1978.

<sup>31</sup> RIDENTI, Marcelo. “As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): Uma bibliografia”. *Cadernos AEL*, Campinas, Unicamp, v. 8, n. 14/15, 2001. Disponível em: <www.segall.ifch.unicamp.br/site\_ael/publicacoes/cadernos/cad-14/Artigo-7-p257.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

<sup>32</sup> Mais informações em MAUÉS, Flamarion. “‘Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio’: Livros de oposição no regime militar, um estudo de caso”. *Em Questão*, Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, v. 11, n. 2, jul./dez. 2005, p. 259-279. Disponível em: <www6.ufrgs.br/emquestao/pdf\_2005\_v11\_n2/3\_ter simplesmente.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

<sup>33</sup> As informações utilizadas nesse item provêm do posfácio de Roberto Ribeiro Martins publicado na nova edição do livro de sua autoria *Liberdade para os brasileiros*, lançada em 2010 pela editora Brasiliense com o título de *Anistia ontem e hoje*; e de mensagem eletrônica de Roberto Ribeiro Martins a mim enviada em 12 set. 2009.

<sup>34</sup> MARTINS, Roberto Ribeiro. “Explicação e agradecimentos”. In: *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 9.

<sup>35</sup> SILVA, Hélio. “Apresentação”. In: MARTINS, R. R. *Op. cit.*, p. 12.

<sup>36</sup> *Atualmente a Civilização Brasileira pertence ao grupo editorial Record*. Sobre a história da editora Civilização Brasileira ver ALMEIDA, Marta de Assis *et alii*. *Enio Silveira*. São Paulo: Com-Arte/Edusp, Coleção Editando o Editor (coord. Jerusa Pires Ferreira), v. 3, 1992; FELIX, Moacyr (Org.). *Enio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998; e GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>37</sup> As informações sobre o livro *Tortura: a história da repressão política no Brasil* provêm de meu artigo “A tortura denunciada sem meias palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura”, publicado em SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson

Luís de Almeida; TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 1. São Paulo: Hucitec, 2009.

<sup>38</sup> Entrevista com Antonio Carlos Fon, São Paulo, 11 jan. 2007.

<sup>39</sup> A editora Global existe até hoje, em plena atividade, e ainda sob a batuta de Luiz Alves. Mas sua linha editorial mudou. Hoje ela edita principalmente literatura, livros infanto-juvenis e obras destinadas às escolas públicas. Venâncio, depois de passagens pela política, continua também na área editorial, como proprietário das editoras Ground e Aquariana.

<sup>40</sup> José Carlos Venâncio, o editor do livro, e Luiz Alves, o dono da editora Global, afirmam que a tiragem da primeira edição foi de 5 mil exemplares. A revista *Veja*, em matéria sobre o lançamento do livro, afirma que a tiragem foi de 6 mil. Já segundo Fon, foram 10 mil exemplares. Entrevista com José Carlos Venâncio, São Paulo, 17 jan. 2007; entrevista com Luís Alves em 4 ago. 2004; entrevista com Antonio Carlos Fon, São Paulo, 11 jan. 2007; “Mapa do inferno”. *Veja*, 18/7/1979, p. 110-111.

<sup>41</sup> “Mapa do inferno”. *Veja*, 18/7/1979, p. 110-111.

<sup>42</sup> De fato, na edição n. 570 de *Veja* (8/8/1979) a obra aparece pela primeira vez na lista dos livros mais vendidos (não ficção) da semana, na nona posição. Já na segunda semana na lista, passa para o terceiro lugar. Um mês depois, em meados de setembro, chegava ao segundo lugar, até que no início de outubro estava em primeiro lugar entre os livros de não ficção mais vendidos. No total, o livro permaneceu na lista por 20 semanas consecutivas, até a edição n. 589 (19/12/1979), ou seja, por quatro meses seguidos, de agosto a dezembro de 1979. Pesquisa na coleção da revista *Veja* de julho de 1979 a janeiro de 1980.